



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém o tema da prova discursiva-redação e o espaço para rascunho.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a prova discursiva na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a Folha de Transcrição da Prova Discursiva.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Março/2007

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto abaixo.

Ensino que ensine

Jogar com as ambigüidades, cultivar o improviso, juntar o que se pretende irreconciliável e dividir o que se supõe unitário, usar falta de método como método, tratar enigmas como soluções e o inesperado como caminho – são traços da cultura do povo brasileiro. Estratégias de sobrevivência? Por que não também manancial de grandes feitos, tanto na prática como no pensamento? A orientação de nosso ensino costuma ser o oposto dessa fecundidade indisciplinada: dogmas confundidos com idéias, informações sobrepostas a capacitações, insistência em métodos “corretos” e em respostas “certas”, ditadura da falta de imaginação. Nega-se voz aos talentos, difusos e frustrados, da nação. Essa contradição nunca foi tema do nosso debate nacional.

Entre nós, educação é assunto para economistas e engenheiros, não para educadores, como se o alvo fosse construir escolas, não construir pessoas. Preconizo revolução na orientação do ensino brasileiro. Nada tem a ver com falta de rigor ou com modismo pedagógico. E exige professorado formado, equipado e remunerado para cumprir essa tarefa libertadora.

Em matemática, por exemplo, em vez de enfoque nas soluções únicas, atenção para as formulações alternativas, as soluções múltiplas ou inexistentes e a descoberta de problemas, tão importante quanto o encontro de soluções. Em leitura e escrita, análise de textos com a preocupação de aprofundar, não de suprimir possibilidades de interpretação; defesa, crítica e revisão de idéias; obrigação de escrever todos os dias, formulando e reformulando sem fim. Em ciência, o despertar para a dialética entre explicações e experimentos e para os mistérios da relação entre os nexos de causa e efeito e sua representação matemática. Em história, e em todas as disciplinas, as transformações analisadas de pontos de vista contrastantes.

Isso é educação. O resto é perda de tempo. (...) Quem lutar para que a educação no Brasil se eduque?

(Roberto Mangabeira Unger, **Folha de S. Paulo**, 09/01/2007)

1. Segundo se depreende do texto, os traços da cultura do povo brasileiro, enumerados no primeiro parágrafo,
- (A) são simples estratégias de sobrevivência, que não podem constituir uma inspiração para o nosso projeto educacional.
 - (B) poderiam ser estratégias de sobrevivência, se inspiradas nos valores que regem, ainda que precariamente, a nossa educação.
 - (C) constituem uma fecundidade indisciplinada, que seria necessário corrigir para inspirar e aprimorar nosso sistema de ensino.
 - (D) opõem-se, em sua positiva fecundidade indisciplinada, às falhas e aos equívocos estruturais do nosso ensino.
 - (E) constituem um manancial de grandes feitos, equiparáveis aos dogmas e às idéias que balizam nosso ensino formal.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. A revolução na orientação do ensino brasileiro, preconizada pelo autor do texto, é de fato radical porque vai de encontro aos valores culturais que se atribuem ao povo brasileiro.
 - II. O autor lamenta que a ditadura da falta de imaginação, numa cultura tão criativa como a nossa, jamais tenha sido objeto de um debate nacional.
 - III. Com a expressão assunto para economistas e engenheiros, o autor deixa ver que, em sua opinião, a educação brasileira se restringiu aos limites de uma concepção técnica, material e pragmática de ensino.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

3. No terceiro parágrafo, ao sugerir novos encaminhamentos para o ensino da matemática, da leitura e da escrita, da ciência e da história, o autor mostra que está valorizando
- (A) um maior rigor no desenvolvimento metodológico das disciplinas.
 - (B) o aprofundamento dos valores de que nossa pedagogia já está imbuída.
 - (C) uma revolução metodológica que incremente a carga de informações.
 - (D) a harmonização entre caminhos alternativos e os das práticas atuais.
 - (E) a sobreposição do plano dinâmico dos contrastes ao das verdades estáticas.

4. No segundo parágrafo, está implícita a idéia de que
- (A) há quem associe revolução educacional a afrouxamento da avaliação ou a apego a novidades passageiras.
 - (B) existe um vínculo suficiente e necessário entre a expansão física da rede escolar e a qualidade de ensino.
 - (C) o modismo pedagógico em curso implica um rigor metodológico descabido.
 - (D) a expansão da rede física escolar provoca a necessidade de um professorado mais competente.
 - (E) há quem julgue que a tarefa libertadora da educação é assunto para pedagogos atualizados e pragmáticos.

5. Na construção do texto, o autor valeu-se de
- (A) relações de oposição, como a que ocorre entre soluções únicas e suprimir possibilidades.
 - (B) relações de causa e efeito, como a que ocorre entre assunto para economistas e engenheiros e construir pessoas.
 - (C) relações de equivalência de sentido, como a que ocorre entre descoberta de problemas e enfoque nas soluções únicas.
 - (D) relações de oposição, como a que ocorre entre tratar enigmas como soluções e métodos “corretos”.
 - (E) relações de causa e efeito, como a que ocorre entre dogmas confundidos com idéias e formulações alternativas.

<p>6. A concordância verbal está plenamente respeitada na frase:</p> <p>(A) O enfoque nas soluções únicas dos problemas que enfrentamos empobrecem, quase sempre, a qualidade mesma do raciocínio.</p> <p>(B) São as possibilidades de enfoques alternativos o que importam nas operações que levam a soluções múltiplas.</p> <p>(C) Tanto na leitura como na escrita, levem-se em conta as variáveis de interpretação, que aprofundam o sentido do texto.</p> <p>(D) Construir prédios escolares não implicam mais do que acréscimos de espaço material para as atividades de ensino.</p> <p>(E) Admitir as imprecisões e as ambigüidades de forma alguma constituem, para o autor, qualquer entrave para os caminhos de raciocínio.</p>	<p>10. Está inteiramente adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais na seguinte frase:</p> <p>(A) Nossa educação teria muito a ganhar caso sejam levados em conta os fundamentos que o autor preconizara em seu texto.</p> <p>(B) Nossa educação terá muito a ganhar caso fossem levados em conta os fundamentos que o autor preconiza em seu texto.</p> <p>(C) Fosse levados em conta os fundamentos que o autor preconiza em seu texto, nossa educação teria muito a ganhar.</p> <p>(D) Se forem levados em conta os fundamentos que o autor preconizou em seu texto, nossa educação teria tido muito a ganhar.</p> <p>(E) Quando forem levados em conta os fundamentos que o autor preconizara em seu texto, nossa educação tinha muito a ganhar.</p>
<p>7. NÃO admite transposição para a voz passiva a seguinte construção:</p> <p>(A) A orientação do nosso ensino deveria contemplar nossa fecundidade indisciplinada.</p> <p>(B) Uma revolução na orientação do ensino brasileiro depende de uma combinação de múltiplas iniciativas.</p> <p>(C) A leitura responsável de um texto sempre considerará a possibilidade de seus múltiplos sentidos.</p> <p>(D) A maioria dos professores considera tão somente uma solução única para cada problema.</p> <p>(E) O método dialético estimula, acima de qualquer certeza dogmática, a valorização das contradições.</p>	<p>11. Está clara, correta e coerente a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) O autor não esconde sua admiração com os valores da nossa cultura, aos quais ele considera tão estimulantes no sentido de revolucionar nosso ensino.</p> <p>(B) O autor considera alguns traços da cultura do povo brasileiro altamente estimulantes a uma verdadeira – e mesmo indispensável – revolução no nosso sistema de ensino.</p> <p>(C) Não seria preciso negligenciarmos quanto aos nossos valores culturais para se obter bons resultados numa revolução do nosso ensino, conforme o preconiza o autor.</p> <p>(D) Já devem ter ocorrido a muitas pessoas que as reformas são necessárias em nossa educação, mas poucas dão sugestões ou se atrevem a propor uma autêntica revolução.</p> <p>(E) O autor se mostra intransigente ao ser necessária uma revolução em nosso sistema de ensino, haja visto que chega a considerá-lo atualmente uma perda de tempo.</p>
<p>8. <i>Em matemática, por exemplo, em vez de <u>enfoque</u> nas soluções únicas, <u>atenção</u> para as formulações alternativas (...).</i></p> <p>Quanto à forma, a frase acima não precisará sofrer qualquer alteração caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por</p> <p>(A) ênfase e apego.</p> <p>(B) preocupação e insistência.</p> <p>(C) ênfase e focalização.</p> <p>(D) obsessão e cuidado.</p> <p>(E) insistência e disposição.</p>	
<p>9. Nosso sistema de ensino tem falhas estruturais; para revolucionar nosso sistema de ensino, seria preciso <u>despir</u> <u>nosso sistema de ensino</u> dos dogmas que <u>norteiam</u> <u>nosso sistema de ensino</u>.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições do trecho acima substituindo-se os segmentos sublinhados, respectivamente, por</p> <p>(A) revolucioná-lo – despi-lo – o norteiam</p> <p>(B) o revolucionar – despi-lo – lhe norteiam</p> <p>(C) revolucionar-lhe – despir-lhe – o norteiam</p> <p>(D) revolucioná-lo – despir-lhe – norteiam-no</p> <p>(E) o revolucionar – despir-lhe – o norteiam</p>	<p>12. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do plural para preencher de modo correto a lacuna da frase:</p> <p>(A) (estar) nos traços da cultura brasileira, que são também estratégias de sobrevivência, uma forte inspiração para um ensino que ensine.</p> <p>(B) São muitas as pessoas a quem (poder) convencer uma proposta ampla, honesta e revolucionária para o nosso ensino.</p> <p>(C) O despertar para a dialética e para as relações contrastantes (abrir) um caminho mais conseqüente para a reflexão e para a prática.</p> <p>(D) Para uma revolução no ensino, como a aqui preconizada, (haver) de concorrer os segmentos mais vivos da sociedade brasileira.</p> <p>(E) Não (dever) constar, entre as possibilidades de interpretação de um texto, qualquer tipo de resposta estereotipada.</p>

<p>13. Atente para as seguintes frases:</p> <p>I. Haverá ainda, quem julgue satisfatório o nível do ensino na maioria de nossas escolas?</p> <p>II. Por mais que se esforcem, muitos de nossos alunos, não conseguem motivar-se diante de soluções previsíveis.</p> <p>III. Não cabe apenas aos supostos especialistas, mas a todos nós, a tarefa de imaginar um ensino muito mais consistente.</p> <p>A pontuação está plenamente adequada em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I e II, apenas.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) III, apenas.</p>	<p>16. Os dispositivos de armazenamento considerados não-voláteis são apenas</p> <p>(A) RAM e ROM.</p> <p>(B) RAM e Cache.</p> <p>(C) RAM e HD.</p> <p>(D) ROM e HD.</p> <p>(E) ROM e Cache.</p>
<p>14. Quanto à acentuação, grafia das palavras e ocorrência do sinal de crase, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Uma revolução no ensino não se faz de modo fortuíto, mas voltada à uma transformação real e motivada das formas de pensamento.</p> <p>(B) Educação não é simples tarefa para filântropos, mas um empreendimento cultural que cabe à sociedade elevar à níveis de excelência.</p> <p>(C) Uma reforma não é o mesmo que uma revolução do ensino: falta àquela o teor de radicalismo necessário e conseqüente que é inerente a esta.</p> <p>(D) O autor recorreu a varias formas verbais no infinitivo para enfatizar o valor de cada ação que julga imprecindível à uma revolução no ensino.</p> <p>(E) Não será à partir de tímidas reformas que se provirá a educação dos meios para, de fato, construir pessoas e desenvolver idéias.</p>	<p>17. O Gerenciador de dispositivos do Windows tem, dentre as suas funções, a atribuição de</p> <p>(A) remover programas aplicativos do computador.</p> <p>(B) atualizar o software de dispositivos de hardware.</p> <p>(C) alterar a BIOS do computador.</p> <p>(D) carregar o sistema operacional no dispositivo de memória.</p> <p>(E) configurar o dispositivo de hardware para carregar o sistema operacional.</p>
<p>15. <i>Preconizo revolução na orientação do ensino brasileiro. Nada tem a ver com falta de rigor ou com modismo pedagógico.</i></p> <p>Reescrevendo o trecho acima num período único e começando-o por <i>Nada tem a ver com falta de rigor ou com modismo pedagógico</i>, uma complementação correta e coerente será</p> <p>(A) o que preconizo como revolução na orientação do ensino brasileiro.</p> <p>(B) porque preconizo revolução na orientação do ensino brasileiro.</p> <p>(C) uma vez que é revolução que preconizo na orientação do ensino brasileiro.</p> <p>(D) sendo que preconizo na orientação do ensino brasileiro uma revolução.</p> <p>(E) tanto que preconizo revolução na orientação do ensino brasileiro.</p>	<p>18. Cabeçalho e rodapé, que aparecem respectivamente na parte superior e inferior de cada página de um documento Word, podem ser adicionados selecionando-se a opção correspondente no menu</p> <p>(A) Formatar.</p> <p>(B) Inserir.</p> <p>(C) Exibir.</p> <p>(D) Arquivo.</p> <p>(E) Editar.</p> <p>19. No Excel, se o conteúdo =B1+C1 da célula A1 for recortado e colado na célula A5, esta última normalmente deverá ficar com o conteúdo</p> <p>(A) =B5+C5</p> <p>(B) =B1+B5</p> <p>(C) =C1+C5</p> <p>(D) =B1+C5</p> <p>(E) =B1+C1</p> <p>20. Uma DMZ – Zona Desmilitarizada – é um segmento de rede parcialmente protegido que para possibilitar maior segurança na Internet deve estar associada ao mecanismo de proteção</p> <p>(A) Plano de contingência.</p> <p>(B) Proxy.</p> <p>(C) Criptografia.</p> <p>(D) Firewall.</p> <p>(E) Sistema de detecção de intrusão.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. “X”, Servidor Público, na qualidade de Analista Judiciário – estável – do Tribunal Regional de Mato Grosso do Sul, teve invalidada por sentença judicial a sua demissão. Assim, será ele

- (A) transferido para o cargo de origem, nomeado ou readaptado a outro de livre provimento, sem direito a indenização, a critério da Administração.
- (B) colocado em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo de livre nomeação.
- (C) aposentado, com a remuneração integral do cargo anteriormente em exercício, caso o cargo de origem esteja ocupado por outro funcionário estável.
- (D) readaptado em cargo semelhante, sem direito a indenização, caso ocupado o de origem por servidor, ainda que não estável.
- (E) reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

22. Dentre outros NÃO pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade

- (A) o Advogado-Geral da União.
- (B) o Presidente da República.
- (C) a Mesa da Câmara dos Deputados.
- (D) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (E) a Mesa da Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

23. Numa determinada eleição e antes de realizado o segundo turno, ocorreu a morte do candidato a Presidente da República. Nesse caso,

- (A) abrir-se-á o prazo de vinte dias para o alistamento de candidatos ao cargo, para nova eleição em turno único.
- (B) será declarado eleito, na mesma fase da eleição, o candidato remanescente.
- (C) far-se-á nova eleição em até trinta dias da data prevista para o segundo turno, com todos os candidatos remanescentes.
- (D) convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.
- (E) inexistindo candidato remanescente será convocado o Presidente do Senado Federal e no seu impedimento o Presidente da Câmara dos Deputados, para concorrer ao segundo turno.

24. João completou vinte e três anos de idade e pretende concorrer a cargo no Legislativo ou no Executivo. Nesse caso, poderá ele ser eleito somente para

- (A) Governador.
- (B) Prefeito.
- (C) Vice-Governador de Estado.
- (D) Senador.
- (E) Vice-Presidente da República.

25. Quanto ao Poder Judiciário é correto afirmar que

- (A) seus servidores não poderão receber delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente, ainda que sem caráter decisório.
- (B) a distribuição de feitos será imediata no primeiro grau de jurisdição e por cotas mensais na segunda instância.
- (C) o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única instância.
- (D) as decisões administrativas dos tribunais serão imotivadas, sendo as disciplinares tomadas em sessão pública, pelo voto de um terço de seus membros.
- (E) o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional a respectiva população eleitoral.

26. Joaquim é Juiz do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado; José é Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado; e Paulo é Membro do Ministério Público Federal. Preenchidos os demais requisitos legais, é totalmente correto afirmar que Joaquim

- (A) pode vir a integrar o Tribunal Superior Eleitoral e José o Tribunal Regional Eleitoral do Estado em que exerce as suas funções.
- (B) e José podem vir a integrar o Tribunal Regional Eleitoral do Estado em que exercem as suas funções.
- (C) e Paulo podem vir a integrar o Tribunal Superior Eleitoral e José o Tribunal Regional Eleitoral do Estado em que exerce as suas funções.
- (D) e Paulo podem vir a integrar o Tribunal Superior Eleitoral ou Tribunal Regional Eleitoral do Estado em que exercem as suas funções.
- (E) e José podem vir a integrar o Tribunal Regional Eleitoral do Estado em que exercem as suas funções e Paulo o Tribunal Superior Eleitoral.

27. Considere as eleições para:

- I. Senador.
- II. Deputado Estadual.
- III. Deputado Federal.
- IV. Prefeito.
- V. Vereador.

Adota-se o princípio da representação proporcional APENAS nas hipóteses indicadas em:

- (A) I, II, III e V.
- (B) I, IV e V.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, III e V.

<p>28. João é Delegado de Polícia. José pertence ao Serviço eleitoral. Pedro é serventuário da Justiça do Trabalho. Paulo é professor. Mário é diplomado em escola superior. Dentre eles, a nomeação para Presidente de Mesa Receptora de votos SOMENTE poderá recair em</p> <p>(A) Pedro, Paulo e Mário.</p> <p>(B) José, Paulo e Mário.</p> <p>(C) João, José e Pedro.</p> <p>(D) João, José e Mário.</p> <p>(E) José e Pedro.</p>	<p>32. Dentre outros, NÃO se incluem os gastos eleitorais sujeitos a registro e aos limites fixados na Lei nº 9.504 de 30/9/97:</p> <p>(A) Produção de programas de rádio, televisão ou vídeo, inclusive os destinados à propaganda gratuita.</p> <p>(B) Propaganda e publicidade direta ou indireta, por qualquer meio de divulgação, destinada a conquistar votos.</p> <p>(C) Realização de comícios ou eventos destinados à promoção de candidatura.</p> <p>(D) Multas aplicadas aos partidos ou candidatos por infração do disposto na legislação eleitoral ainda que estejam sendo questionadas judicialmente.</p> <p>(E) Produção de <i>jingles</i>, vinhetas e <i>slogans</i> para propaganda eleitoral.</p>
<p>29. Cabe recurso ordinário das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais, entre outras das que</p> <p>(A) versarem sobre a expedição de diplomas nas eleições municipais.</p> <p>(B) concederem <i>habeas corpus</i>.</p> <p>(C) denegarem mandado de segurança.</p> <p>(D) forem proferidas contra expressa disposição de lei.</p> <p>(E) divergirem de outro Tribunal Eleitoral na interpretação de lei.</p>	<p>33. A respeito das doações de pessoa física ou jurídica, é certo que</p> <p>(A) podem ser efetuadas em dinheiro, entregue diretamente, em espécie, aos órgãos de direção de partido político.</p> <p>(B) podem ser efetuadas por intermédio de depósito bancário diretamente na conta do Fundo Partidário.</p> <p>(C) quando não forem feitas em dinheiro, não precisam ser lançadas na contabilidade do partido.</p> <p>(D) quando originários de entidade de classe ou sindicato, devem ser aprovadas pela respectiva Assembleia Geral.</p> <p>(E) quando provenientes de entidade ou governo estrangeiro, devem ser previamente aprovadas pelo Senado Federal.</p>
<p>30. Antonio é Prefeito Municipal de uma cidade do interior do Estado. Seu filho adotivo, Jonas não é titular de mandato eletivo, mas pretende candidatar-se ao cargo de Vereador. Nesse caso, Jonas</p> <p>(A) não pode em nenhuma situação ser candidato a Vereador, ainda que Antonio renuncie o mandato de Prefeito.</p> <p>(B) pode ser candidato a Vereador, porque se trata de outra eleição, diferente daquela em que Antonio se elegeu Prefeito Municipal.</p> <p>(C) pode ser candidato a Vereador, porque o impedimento legal não alcança os filhos adotivos do Prefeito Municipal.</p> <p>(D) só pode ser candidato a Vereador se Antonio renunciar o mandato de Prefeito Municipal até 6 meses antes do pleito.</p> <p>(E) pode ser candidato a Vereador, posto que o impedimento decorrente da condição de descendente não se aplica às eleições municipais.</p>	<p>34. Considere as afirmativas abaixo.</p> <p>I. O ato administrativo vinculado dispensa motivação.</p> <p>II. Nenhum ato administrativo pode ser editado validamente por agente que não disponha de poder legal para praticá-lo.</p> <p>III. Em regra, o ato administrativo é formal e a inexistência da forma leva à sua inexistência.</p> <p>IV. O ato administrativo discricionário mesmo que praticado por agente incompetente é válido.</p> <p>É INCORRETO o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>31. Constitui crime a promoção de comício ou carreatas</p> <p>(A) no dia da eleição, mesmo após o horário previsto para encerramento da votação.</p> <p>(B) no dia da eleição, até o horário previsto para encerramento da votação.</p> <p>(C) na véspera do dia das eleições, entre vinte e vinte e duas horas.</p> <p>(D) na véspera do dia das eleições, entre vinte e duas e vinte e quatro horas.</p> <p>(E) nos cinco dias anteriores ao dia marcado para as eleições.</p>	<p>35. Forma de descentralização da Administração Pública, criada por lei específica para prestar serviços públicos, com autonomia, personalidade de direito público e constituída com capital exclusivamente público, refere-se ao conceito de</p> <p>(A) entidade paraestatal.</p> <p>(B) empresa pública.</p> <p>(C) empresa concessionária.</p> <p>(D) sociedade de economia mista.</p> <p>(E) autarquia.</p>

<p>36. Transeunte que sofrer dano decorrente de serviço público ou de ato de servidor público</p> <p>(A) será sempre ressarcido pela Administração Pública, independentemente de eventual dolo ou culpa exclusiva dele (transeunte).</p> <p>(B) poderá ser ressarcido somente pelo servidor responsável pelo evento danoso.</p> <p>(C) poderá ser ressarcido pela Administração Pública, caso o evento não tenha ocorrido por dolo ou culpa exclusiva dele (transeunte).</p> <p>(D) será ressarcido somente na hipótese de comprovação de dolo ou culpa do servidor responsável.</p> <p>(E) poderá ser ressarcido pelo servidor responsável pelo evento e, somente na impossibilidade deste, caberá à Administração Pública indenizá-lo (transeunte).</p>	<p>39. Considere as seguintes assertivas a respeito do impedimento e suspensão nos processos administrativos:</p> <p>I. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha parente afim de terceiro grau que participou no processo como testemunha.</p> <p>II. A omissão da autoridade ou servidor do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.</p> <p>III. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados.</p> <p>IV. Em regra, o indeferimento de alegação de suspensão poderá ser objeto de recurso, com efeito suspensivo.</p> <p>De acordo com a Lei nº 9.784/99 é correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>37. A respeito do contrato administrativo, é correto afirmar:</p> <p>(A) é permitida a rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, independentemente da conveniência para a Administração.</p> <p>(B) é permitido o contrato de natureza administrativa com prazo indeterminado.</p> <p>(C) a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial será providenciada pela Administração até o décimo dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.</p> <p>(D) as cláusulas sempre serão equânimes, prevalecendo as regras de interpretação do Direito Privado.</p> <p>(E) as cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos só poderão ser alteradas com prévia concordância do contratado.</p>	<p>40. Helena, analista judiciária, aliciou subordinados no sentido de se filiarem a seu partido político e Maria, técnica judiciária, utilizou recursos materiais da repartição em atividades particulares. Neste caso, Helena e Maria estão sujeitas respectivamente às penalidades de</p> <p>(A) demissão e advertência.</p> <p>(B) advertência e demissão.</p> <p>(C) suspensão e demissão.</p> <p>(D) advertência e remoção.</p> <p>(E) demissão e suspensão.</p>
<p>38. Considere as afirmativas abaixo.</p> <p>I. Quando obrigatória a licitação, o administrador poderá escolher livremente a sua modalidade.</p> <p>II. Em havendo ilegalidade, o Poder Judiciário pode anular o processo de licitação, com efeitos <i>ex tunc</i>.</p> <p>III. O Poder Judiciário pode revogar processo licitatório, com efeitos <i>ex tunc</i>, desde que por razões de conveniência e oportunidade.</p> <p>IV. Modalidade de licitação pela qual participam interessados devidamente cadastrados, observada a necessária qualificação, denomina-se tomada de preços.</p> <p>É correto o que se afirma apenas em:</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>41. Jair, Prefeito Municipal da cidade das Flores, celebrou culposamente contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária ensejando perda patrimonial considerável ao erário. Neste caso, de acordo com a Lei nº 8.429/92, dentre outras cominações, Jair</p> <p>(A) está sujeito a suspensão de seus direitos políticos de cinco a oito anos.</p> <p>(B) está sujeito a suspensão de seus direitos políticos de oito a dez anos.</p> <p>(C) está sujeito a suspensão de seus direitos políticos de três a cinco anos.</p> <p>(D) não está sujeito a suspensão de seus direitos políticos porque não agiu com dolo.</p> <p>(E) está sujeito a suspensão de seus direitos políticos de um a três anos.</p> <p>42. De conformidade com o Código Civil é nulo o negócio jurídico</p> <p>(A) por vício resultante de lesão.</p> <p>(B) praticado por agente relativamente incapaz.</p> <p>(C) por vício resultante de fraude contra credores.</p> <p>(D) quando for indeterminável o seu objeto.</p> <p>(E) se praticado mediante coação.</p>

<p>43. No que concerne aos direitos da personalidade é correto afirmar que</p> <p>(A) o pseudônimo adotado para atividades lícitas e ilícitas goza da proteção que se dá ao nome.</p> <p>(B) a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, é válida com objetivo altruístico.</p> <p>(C) é lícito o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, mesmo se não houver exigência médica.</p> <p>(D) eles são intransmissíveis e irrenunciáveis, em regra, mas o seu exercício poderá sofrer limitação voluntária.</p> <p>(E) em se tratando de pessoa pública o nome desta poderá ser utilizado em propaganda comercial, ainda que sem autorização.</p>	<p>47. Moacir ajuizou uma demanda, pelo procedimento sumário, contra Paulo e Adriano. Em seguida Paulo e Adriano foram citados e intimados dentro do prazo legal para comparecimento na audiência de conciliação designada pelo Magistrado, tendo outorgado procurações a advogados diferentes. Não obtida a conciliação, as contestações deverão ser apresentadas por Paulo e Adriano</p> <p>(A) no prazo de dez dias a partir da audiência.</p> <p>(B) no prazo de quinze dias a partir da audiência.</p> <p>(C) no prazo de vinte dias a partir da audiência.</p> <p>(D) no prazo de trinta dias a partir da audiência.</p> <p>(E) na própria audiência.</p>
<p>44. De acordo com o Código Civil, não havendo previsão legal de prazo menor a prescrição ocorre em</p> <p>(A) 03 anos.</p> <p>(B) 05 anos.</p> <p>(C) 10 anos.</p> <p>(D) 15 anos.</p> <p>(E) 20 anos.</p>	<p>48. Considere as afirmativas abaixo sobre os recursos.</p> <p>I. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.</p> <p>II. Ainda que aceite expressa ou tacitamente a sentença, a parte poderá recorrer.</p> <p>III. O recurso interposto por um dos litisconsortes sempre aproveitará aos outros.</p> <p>IV. O recurso adesivo não será conhecido se o recurso principal for declarado deserto.</p> <p>De acordo com o Código de Processo Civil está correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I e IV.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>45. Considere as seguintes assertivas sobre a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro:</p> <p>I. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país 60 dias depois de oficialmente publicada.</p> <p>II. Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.</p> <p>III. Havendo incompatibilidade entre lei posterior e lei anterior haverá revogação desta última.</p> <p>IV. A correção a texto de lei em vigor não é considerada lei nova.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>	<p>49. No que concerne aos requisitos e efeitos da sentença, e de conformidade com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que</p> <p>(A) publicada a sentença o juiz só poderá alterá-la por meios de embargos de declaração.</p> <p>(B) o juiz poderá proferir sentença ilíquida, ainda que o autor tiver formulado pedido certo.</p> <p>(C) a sentença condenatória genérica não viabiliza a produção de hipoteca judiciária.</p> <p>(D) a sentença transitada em julgado que condena o devedor a emitir declaração de vontade produzirá todos os efeitos da declaração não emitida.</p> <p>(E) a sentença que decidir relação jurídica condicional pode ser incerta.</p>
<p>46. Considere as hipóteses abaixo.</p> <p>I. Incompetência relativa.</p> <p>II. Perempção.</p> <p>III. Convenção de arbitragem.</p> <p>IV. Falta de caução que a lei exige como preliminar.</p> <p>V. Impedimento do Magistrado.</p> <p>Compete ao réu alegar na contestação, antes de discutir o mérito, dentre outras, as matérias indicadas APENAS nas hipóteses:</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, III, IV e V.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) II e III, IV e V.</p> <p>(E) II, IV e V.</p>	<p>50. Em tema de lei penal no tempo, é correto se afirmar que,</p> <p>(A) se o agente praticou crime na vigência de lei mais benéfica, que, durante a ação penal, acabou derogada por lei mais severa, deverá ser julgado na forma desta última.</p> <p>(B) em qualquer fase do processo ou mesmo da execução da pena, deve ser imediatamente aplicada a retroatividade da norma que retira a tipicidade de qualquer fato.</p> <p>(C) prolatada sentença condenatória no período de <i>vacatio</i> de nova lei penal, não se admite a ultratividade da lei derogada, mesmo que esta se mostre mais favorável ao réu.</p> <p>(D) havendo sentença condenatória transitada em julgado, a lei posterior mais benéfica ao agente não é retroativa nem ultrativa.</p> <p>(E) não pode ser utilizada lei intermediária e que surgiu depois da prática do fato criminoso, mas que foi revogada antes de o juiz proferir a sentença condenatória, ainda que mais benigna.</p>

<p>51. Considere as afirmativas abaixo, relacionadas ao fato típico e seus elementos.</p> <p>I. Há fato típico na ocorrência de resultado lesivo em decorrência de caso fortuito ou força maior.</p> <p>II. São elementos do fato típico, dentre outros, a culpabilidade, caracterizada pelo juízo de reprovabilidade da conduta do agente e o dolo ou a culpa.</p> <p>III. O tipo penal é predominantemente descritivo porque composto de elementos objetivos, não obstante, às vezes, contenha elementos subjetivos ou normativos.</p> <p>IV. A conduta omissiva não é considerada elemento do tipo penal, pois representativa da ausência de vontade do agente para o crime.</p> <p>V. Para haver fato típico é indispensável a existência de relação de causalidade entre a conduta e o resultado.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I e II. (B) I, II e V. (C) I, III e IV. (D) II, IV e V. (E) III e V.</p>	<p>54. É certo que a denúncia</p> <p>(A) poderá ser oferecida a qualquer momento se o réu estiver solto ou afiançado, não havendo, neste caso, prazo pré-fixado na legislação brasileira.</p> <p>(B) deverá conter a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, e a qualificação do acusado, sendo desnecessária a classificação do crime.</p> <p>(C) deverá ser recebida pelo juiz na hipótese de estar extinta a punibilidade pela prescrição, uma vez que a prescrição deverá ser declarada por sentença.</p> <p>(D) deverá ser oferecida no prazo de cinco dias se o réu estiver preso, contados da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial.</p> <p>(E) deverá ser oferecida no prazo de trinta dias se, o órgão do Ministério Público dispensar o inquérito policial, por já terem sido oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal.</p>
<p>52. Eduardo no interior de uma agência bancária de Campo Grande, a pretexto de auxiliar Antonio a operar caixa eletrônico, apoderou-se de seu cartão magnético, trocando-o por outro, passando em seguida a fazer saques na conta da vítima. Tal fato configura, em tese, o crime de</p> <p>(A) extorsão. (B) apropriação indébita. (C) furto qualificado mediante fraude. (D) estelionato por disposição de coisa alheia como própria. (E) fraude funcional qualificada.</p>	<p>55. Considere as afirmativas abaixo a respeito da prisão especial prevista no Código de Processo Penal.</p> <p>I. Em regra, os cidadãos que já tiverem exercido efetivamente a função de jurado serão recolhidos a prisão especial.</p> <p>II. A prisão especial consiste exclusivamente no recolhimento em local distinto da prisão comum.</p> <p>III. O preso especial será transportado juntamente com o preso comum, por expressa disposição legal.</p> <p>IV. A cela especial não poderá consistir em alojamento coletivo, exceto para pessoas integrantes da mesma família e co-autoras ou partícipes de um delito.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I e II. (B) I, III e IV. (C) I e IV. (D) II e III. (E) II e IV.</p>
<p>53. Considere:</p> <p>I. Exigir diretamente para si, em razão de função pública, vantagem indevida.</p> <p>II. Aceitar promessa de vantagem indevida para si, ainda que fora da função pública, mas em razão dela.</p> <p>III. Desviar o funcionário público em proveito alheio, bem móvel particular de que tem a posse em razão do cargo.</p> <p>IV. Desviar o funcionário público, em proveito próprio, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos.</p> <p>Tais condutas configuram, respectivamente, os crimes de</p> <p>(A) corrupção passiva, peculato, excesso de exação e prevaricação. (B) concussão, corrupção passiva, peculato e excesso de exação. (C) prevaricação, excesso de exação, concussão e peculato. (D) peculato, concussão, corrupção passiva e prevaricação. (E) excesso de exação, corrupção passiva, peculato e concussão.</p>	<p>56. Considere as afirmativas abaixo a respeito da sentença.</p> <p>I. Ao proferir a sentença, o juiz poderá dar ao fato definição jurídica diversa da que constar da queixa ou da denúncia, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.</p> <p>II. Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição.</p> <p>III. A sentença conterà a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar a decisão, sendo desnecessária a indicação dos artigos de lei aplicados.</p> <p>IV. A sentença condenatória deverá sempre ser publicada na íntegra por expressa disposição legal.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I e II. (B) I e IV. (C) II e III. (D) II, III e IV. (E) III e IV.</p>

57. Dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir. Com relação ao *habeas corpus* é correto afirmar que

- (A) a concessão de *habeas corpus* porá, em qualquer hipótese, termo ao processo, em razão da cessação da coação considerada ilegal.
- (B) a competência do juiz cessará sempre que a violência ou coação provier de autoridade judiciária de igual ou superior jurisdição.
- (C) a coação não será considerada ilegal quando houver cessado o motivo que a autorizou.
- (D) compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer, originariamente, do pedido de *habeas corpus* quando a coação for atribuída a Governador.
- (E) o Ministério Público não possui legitimidade para impetrar *habeas corpus* em crime de Ação Penal Privada.

58. Considere as afirmativas abaixo a respeito da organização do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

- I. Podem fazer parte do Tribunal Regional Eleitoral pessoas que tenham entre si parentesco por afinidade de terceiro grau.
- II. Quando o serviço eleitoral exigir, o Tribunal poderá solicitar o afastamento dos juízes de seus cargos efetivos, com prejuízo dos vencimentos.
- III. Os membros do Tribunal, os juízes eleitorais e os integrantes das Juntas Eleitorais, no exercício de suas funções e no que lhes for aplicável, gozarão de plenas garantias constitucionais.
- IV. Compete ao Tribunal a apreciação da justa causa para dispensa da função eleitoral antes do transcurso do primeiro biênio de juiz do Tribunal Regional Eleitoral.

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul é correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

59. O membro do Tribunal que primeiro conhecer de uma causa ou de qualquer incidente terá a competência preventa para os feitos originários conexos e para todos os recursos, na causa principal, cautelar ou acessória, incidente, oriunda de outro, conexa ou continente, derivados do mesmo ato, fato, contrato ou relação jurídica, e nos processos de execução das respectivas sentenças. Com relação à prevenção é correto afirmar que:

- (A) Quando a Secretaria Judiciária deixar de anotar a prevenção, esta deverá ser argüida ao presidente do Tribunal pelo Relator, sendo vedada a argüição pela parte.
- (B) Não haverá prevenção de mandado de segurança ou *habeas corpus* contra decisão de juiz eleitoral, por expressa disposição legal.
- (C) Se o Relator deixar, por qualquer motivo, o Tribunal, não haverá mais prevenção por inexistir a possibilidade de prevenção para o juiz susstituto.
- (D) A prevenção não desaparece em razão de julgamento intercorrente de incidente da causa.
- (E) A decisão que deixa de julgar o mérito do recurso, ou da ação, não previne a competência.

60. Nas sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, em regra, o último trabalho a ser realizado, obedecendo-se a ordem expressa prevista em seu Regimento Interno, é a

- (A) discussão e votação de matéria administrativa e comunicações ao Tribunal.
- (B) leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior.
- (C) publicação de acórdãos.
- (D) discussão e aprovação de resoluções.
- (E) discussão e votação dos processos que se encontrarem em mesa.

